

# SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



## PRIVATIZAÇÃO AMEAÇA UBÁ

Prefeito Vadinho Baião licita serviços de saneamento no próximo dia 29 de julho

### Saneamento encarado SEM PRIORIDADE

Investimentos no setor de saneamento que variavam em torno de R\$ 12 bilhões anuais, foram reduzidos a R\$ 8 bilhões em 2015, enquanto o Plano Nacional de Saneamento Básico aponta a necessidade de R\$ 304 bilhões em 20 anos, numa média de R\$ 15 bilhões anualmente.

A crise político-econômica que se abate sobre o País atinge em cheio serviços essenciais e faz com que levantamentos do Instituto Trata Brasil apontem um afastamento de 300 mil trabalhadores por diarreia e perda de 900 mil dias de trabalho. As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão paradas. De 181 obras de esgotos, 54% estão atrasadas, conforme o cronograma. No abastecimento, de 156 obras analisadas, a metade se apresenta com irregularidades, resultado de burocracia na liberação de alvarás e problemas de corrupção. Os resultados são trágicos: 35 milhões de brasileiros sem água tratada, 100 milhões sem coleta de esgoto e 4 milhões sem ter sequer um sanitário em casa.

Os números de enfermidades por contaminação hídrica confirmam diagnósticos de que a cada US\$ 1 investido no saneamento economiza-se US\$ 4,3 em custos com a saúde.

À sociedade e sobretudo às entidades organizadas exige-se cada vez mais intensa luta pela universalização do saneamento, combatendo iniciativas de privatizações e a busca do lucro em uma atividade essencial onde é necessário rigor na responsabilidade social.



José Maria, presidente do SINDÁGUA, fala na audiência pública

Ubá vive sempre assombrada pelos verões, estiagens e água escassa. A ameaça, no entanto, se agrava com a tentativa do prefeito Vadinho Baião de privatizar os serviços de saneamento, entregando a operação do sistema de abastecimento de água a empresa que tem a busca do lucro

como sua prioridade máxima. Audiência Pública realizada dia 14 apontou irregularidades do prefeito, que escondeu propostas negociadas com a Copasa e licita o serviço com edital viciado e em condições piores para o município.

Página 2 e 3

### ELEVATÓRIAS DA COPASA ESTÃO ABANDONADAS



Esgoto a céu aberto, trabalhadores e população expostos à contaminação. Esta a situação que a direção da Copasa precisa corrigir, depois de muitos anos de abandono nas Estações Elevatórias da empresa.

Os trabalhadores exigem qualidade para exercerem sua atividade. Página 4

### GOLPES DO INTERINO

Avanços sociais e trabalhistas estão ameaçados pelo governo golpista, que corta investimentos em serviços essenciais para o País. Página 2



## TEMER JAMAIS! FORA TEMER!

**A** Nação brasileira já conhece bem o que é passar por um governo autoritário, em que o povo e a luta organizada é ameaçada pela tortura, por corpos desaparecidos e a cadeia como símbolo máximo do Estado. A condição básica para a sobrevivência dos regimes de exceção são os golpes contra o “estado de direito”.

Exatamente por este caminho envereda Temer, o “interino”, para ameaçar direitos centenários conquistados pelos trabalhadores brasileiros e uma verdadeira “inquisição” contra os avanços sociais alcançados na Constituição de 1988.

Temer e sua trupe (ou tropa) articulam uma limitação de gastos públicos através de um congelamento de 20 anos, cortando investimentos essenciais na saúde, educação, atingindo serviços essenciais como saneamento, transportes. Afagaram os governos de Estados ao empurrar com a barriga dívidas que ultrapassam R\$ 400 bilhões, cobrando-lhes um apoio como estamentos controlados por um senhor feudal.

O projeto do governo golpista inclui a venda de todo o patrimônio estatal, cortar investimentos estruturais, saquear os direitos dos trabalhadores com mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e sepultar de vez a possibilidade da aposentadoria aos brasileiros, impondo idade mínima, com propostas «twitadas» pelo ministro Eliseu Padilha de aumentar no tempo de contribuição de cada trabalhador em até 40% para requerer o direito pleno.

Ao mesmo tempo, a grande imprensa se incumbem de descer o pau nas organizações de defesa dos direitos sociais e dos trabalhadores, desqualificando lideranças ou generalizando uma roubalheira identificada em exemplos pontuais de desonestidade no meio sindical.

Para enfrentar este clima velho conhecido de quem viveu as trevas iniciadas em 1964, a sociedade brasileira e os trabalhadores têm o caminho das ruas e da resistência como a salvação dos nossos direitos de cidadania. Temer o autoritarismo não faz parte de uma nova mentalidade do povo em nenhuma parte do mundo e, estejam certos, somos cômicos de nossa capacidade de derrotar o mal que nos aflige.

## População exige a operação

**E**m “Audiência Pública” convocada pelo vereador Vinicius Samôr de Lacerda e realizada pela Câmara Municipal de Ubá no último dia 14 a população e autoridades presentes manifestaram grande preocupação com o ato arbitrário do prefeito Vadinho Baião, que, inexplicavelmente, no fim do seu mandato, pressiona uma licitação em que os serviços de saneamento (captação e distribuição de água e tratamento de esgotos) podem ser entregues à empresa privada para operação.

A privatização dos serviços passa a significar operação de um serviço essencial para cumprir o objetivo primordial de empresa privada em sua busca pelo lucro, ou seja, cobrar tarifas mais caras e não ter compromisso social, preterindo do saneamento, sobretudo a parcela mais pobre da comunidade. Pior ainda, a única empresa, Águas do Brasil, que se apresentou na primeira

licitação embargada pelo Tribunal de Contas do Estado, é formada por um consórcio de empresas investigadas na Operação Lava Jato e pela Polícia Federal.

O SINDÁGUA realizou em Ubá a reunião da Diretoria Plena e mobilizamos todo o município, esclarecendo sobre os graves riscos dos serviços essenciais privatizados. A Copasa tem em Ubá 84 trabalhadores, para uma distribuição diária de 19 milhões de litros (330 litros/segundo) a uma população de 92.679.

A empresa tem no município uma estrutura de duas captações, dez elevatórias, duas estações de tratamento de água, 24 boosters, 15 poços artesianos e 54 reservatórios.

A população sofre durante os processos de estiagens, o que demandará forte investimento para suprir a demanda crescente no município, condição que pode ser solucionada com ações integradas





# ge maior discussão sobre do saneamento em Ubá



*Mobilização da comunidade e dos trabalhadores lotou o plenário Câmara Municipal*



dos governos estadual e federal.

Um dos graves problemas enfrentados em Ubá é a não observação de um Plano Diretor no crescimento da cidade, com forte especulação imobiliária, que levou inclusive a promotora de Justiça e Curadora do Meio Ambiente, Thais Lamin Leal Thomaz, a coibir o crime dos loteamentos irregulares com a proibição, orientando a Polícia Militar a autuar infratores e prisão em flagrante. Está terminantemente proibido o processo de vendas de terrenos rurais para “chacreamento”, como política para impedir agressão ao meio ambiente, destruição de matas ciliares, dilapidação do solo e lenções freáticos. A promotora Thais arrancou aplausos quando mostrou sua preocupação: “a água contaminada mata mais que a violência da criminalidade”.

Ficou claro na exposição do presidente da Câmara Municipal, Samuel Gazolla Lima, um processo

totalmente truncado na definição de contrato para a operação dos serviços de saneamento no município. Segundo o vereador, o prefeito Vadinho Baião faltou com a verdade sobre as negociações com a Copasa e escondeu proposta da empresa, que ofereceu valor de 2% da arrecadação para formação de um fundo de investimento voltado à proteção ambiental, sendo que o prefeito estabeleceu a metade, ou seja 1%, no edital licitatório para contratar a empresa operadora, que acontecerá no próximo dia 29 de julho.

Além das declarações de populares, contrários à proposta de privatização do prefeito, a Câmara solicitou a intervenção do Ministério Público, para que o assunto seja mais discutido e que não seja tomada nenhuma medida contratual que possa se transformar em risco de desabastecimento para a população.





# Elevatórias da Copasa em situação caótica por abandono

As imagens das condições dramáticas de trabalho nas elevatórias da Copasa dispensam quaisquer informações adicionais. Retratam por si mesmas o abandono provocado pelo sucateamento e irresponsabilidades dos gestores da empresa.

Um exemplo desastroso é o que podemos presenciar na “Estação Elevatória de Esgoto Praia”, em Contagem. As populações vizinhas denunciavam insistentemente o mau cheiro provocado pelo esgoto correndo a céu aberto nos pátios internos das elevatórias,

com frequentes reportagens de TVs e outros meios de comunicação sobre este foco de contaminação à saúde dos moradores.

## DESMONTE

Os trabalhadores desempenham suas atividades em condições absurdas. Precisam entrar nos ambientes de trabalho de galochas e roupas impermeáveis para não ficarem sujeitos à contaminação, com vazamentos que não são consertados e capacidade da estrutura não acompanhando para dar vazão ao volume cada vez maior de esgotos a

serem processados. As inundações nos pátios são frequentes.

Para operar as elevatórias a situação não é menos absurda. Auxiliares fazendo serviços de encarregados, conduzindo caminhão sugador de esgotos e apenas dois auxiliares fazendo limpeza; operador desempenhando atividade de caçadores; auxiliar fazendo serviço de oficial de eletromecânica; oficial de eletromecâ-



nica como técnico. Número reduzidíssimo de mão de obra num trabalho de risco e confinado em locais ermos, sem socorro, enfrentando todo tipo de ameaças.

Na “Estação Elevatória São Lucas Sul” encontramos uma tragédia anunciada. Duas turbinas são encarregadas de transmitir um “mundo d’água” cidade abaixo. Uma delas está desmontada, esperando peças para reforma há vários meses. A que funciona tem vazamentos como uma cachoeira e dá medo em quem a vê prestes a estourar. O operador, obrigado a dar mais de uma centena de voltas em um registro manualmente responde simples: se estourar não dá tempo de correr e levará uma favela inteira morro abaixo.

## Sindicato contrata assessoria para o PCCS

Os trabalhadores em todo o Estado continuam preocupados com a morosidade em que aparecem os estudos para a construção de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários na Copasa. A empresa contratou consultoria para a montagem do regulamento do PCCS, já realizou pesquisa junto aos trabalhadores, mas mantém a “sete chaves” as linhas gerais do novo documento a ser apresentado.

Por sua vez, o Sindicato tem a assessoria especializada do Dieese em plano de cargos e de técnico contratado para esta finalidade. Além de cobrarmos da empresa a transparência na política de administração de pessoal, com possibilidade de crescimento na carreira e correção de quaisquer desvios, o Sindicato pretende que este regulamento seja minuciosamente estudado pelos trabalhadores, para que todos os companheiros possam cobrar seus direitos e oportunidades de evolução na carreira.

Exigiremos que a empresa apresente e discuta toda a estrutura e regulamento do PCCS com a categoria e que a administração de cargos tenha a transparência que exigem os preceitos constitucionais de uma empresa pública.



## Justiça condena Copasa devolver dias de greve

Os trabalhadores na Copasa conquistaram mais uma vitória na Justiça, em primeira instância, contra o autoritarismo da empresa durante paralisação parcial realizada pela categoria no dia 15 de julho de 2014.

Em sentença de primeira instância da 22ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, no dia 13 de julho/2016, a Copasa foi condenada em restituir aos trabalhadores os valores

indevidamente descontados, correspondentes aos salários e reflexos, como horas extras, 13º salário, FGTS e outros.

A justiça considerou abusivo o desconto imposto sobre os trabalhadores pela empresa, ressaltando que o Sindicato observou todos os preceitos legais para realização do movimento de paralisação.

Esperamos que esta nova administração da empresa não recorra às demais

instâncias judiciais de forma a protelar a indenização aos trabalhadores, o que apenas repetiria o ato autoritário e de enfrentamento da justiça praticado pela diretoria anterior da Copasa.

A nova vitória judicial demonstra ainda que os trabalhadores agem com consciência e responsabilidade e têm no sindicato uma orientação segura nos movimentos na defesa dos direitos da categoria.